

SR. JUNIOR: Olá, boa noite. Vamos falar no microfone por conta da gravação para gente depois transcrever a ata, tá? Eu vou pedir também quem vier a apresentar que também fale no microfone por conta da gravação. Primeiro, agradecer a presença de todos e, como é a última reunião do mandato dessa gestão do COMDEMA, queria fazer um agradecimento especial a todos os conselheiros que, durante o ano de 2024 e 2025 fizeram aí diversas reuniões. Nós fizemos 18 reuniões no ano de 2024 e mais 12 reuniões nesse ano de 2025. Então foram bastantes diversos temas, bastante assunto e bastante contribuição também para melhoria das questões ambientais no município de São Carlos. Então obrigado aí, pela gestão, por essa participação e, ano que vem, vai continuar, alguns vão continuar e que a gente tenha mais ainda produtividade no sentido de trazer melhoria para o meio ambiente. Hoje a gente tem três empreendimentos. Você está com a publicação aí só para gente... São três pautas, na verdade. Os informes gerais. Então seria essa mais essa fala nesse sentido de ser a última reunião. E aí, se alguém tiver alguma coisa para acrescentar, eu passo a palavra. A gente vai fazer, tem a manifestação sobre o empreendimento Peres Empreendimentos e Participações Limitadas, que é o processo 17.917/2010. A manifestação acerca da desafetação e formalização de doação de áreas da Ecovias Noroeste Paulista. Processo 24.045/2024. Só um detalhe. Nós aprovamos a intervenção nas obras da rodovia e veio um parecer da nossa Procuradoria solicitando que fosse diretamente especificado as áreas que seriam desafetadas para serem envolvidas nessas obras da duplicação da terceira faixa, na verdade, da SP-310. Então, por isso que hoje está retornando esse mesmo assunto. O pessoal da Eco Noroeste está online e eles vão tirar as dúvidas e vão participar. Então depois a gente vai ter esse detalhe, essa participação também. E nós tivemos também ontem um parecer da Procuradoria solicitando que fosse passado para o COMDEMA e depois para o COMDUSC uma alteração nas diretrizes de empreendimentos de uma legislação, que depois o Sebastião e o Agnaldo vão esclarecer para vocês, mas é uma alteração simplesmente de interpretação, é um detalhe pequeno que eles vão passar para vocês, para que o conselho avalie, está bom? Só fazendo uma... Por conta do pessoal da Noroeste está estarem em vários locais, estarem online, eu vou pedir aí, se vocês concordarem que a gente faça uma inversão na pauta para que a gente reveja esse assunto que já foi da última reunião, avalie e depois a gente dá sequência ao nosso, à nossa pauta. Tudo bem?

SR. PAULO: Começar com a Eco Noroeste?

SR. JUNIOR: Isso, começar com a Eco Noroeste. Eu queria... Vocês me ouvem? Nayara?

SRA. NAYARA: Olá, Junior, estou te ouvindo sim, estou ouvindo bem.

SR. JUNIOR: Sim, sim. Perfeito. Boa noite a todos. Obrigado pela presença de vocês. Eu falava com os conselheiros justamente o ponto que a gente vai abordar hoje. A Procuradoria Geral do Município entendeu que há necessidade, nós passamos a aprovação das obras na última reunião, mas a Procuradoria pediu para que a gente passasse para os conselheiros as áreas que serão objetos de desafetação, para que fossem feitas as obras da SP-310. Então, o ponto de discussão hoje, o ponto de apresentação é justamente esse. Ok? Quem vai... Tem alguém que vai fazer essa apresentação de vocês?

SRA. NAYARA: Eu farei a apresentação, mas primeiramente agradeço a todos a presença, posso começar já?

SR. JUNIOR: Pode. Pode sim.

SRA. NAYARA: Então assim, pessoal, prazer, meu nome é Nayara, eu sou coordenadora de sustentabilidade aqui na Eco Noroeste Paulista e estamos com todo o time aqui de obras, projetos, consultorias, estudos ambientais parte de domínio equipe também da CSU. Então, qualquer dúvida referente a apresentação que, como o Junior mencionou, iremos fazer a apresentação direcionada às áreas públicas solicitadas. Então é importante fazer uma introdução do quê? Nós iremos fazer uma obra no qual já foi protocolado na CETESB, do qual possamos [...] já foi feita a avaliação, inclusive pela Procuradoria. Vou projetar os slides e vocês confirmam se estão visualizando. Ok?

SR. JUNIOR: Ok. Ok.

SRA. NAYARA: E aí eu vou [...] vocês. Então qualquer situação pode, por favor... Todo mundo vendo?

SR. JUNIOR: Sim.

SRA. NAYARA: Ok? Então vamos lá. Referente à pauta solicitante. Então é sobre intervenção e ampliação no trecho da 310 trecho do São Carlos, trecho homogêneo um é referente a doação de área pública municipal e sua desafetação. Quando falamos dessa área, foi protocolado no RAP estudos ambientais

referentes a desapropriação de quatro locais, numerações que são áreas 18, 19, 20, 21 no município de São Carlos. O que refere essas áreas? Elas estão enquadradas na área de interesse ambiental em suas proporções e em que ela se reflete? É importante explicar isso. É referente a uma praça, que a praça está localizada na Praça Geraldo, ela está correspondente a essas quatro áreas. E o que seria essa doação em relação para a Eco Noroeste Paulista? Porque esse cenário frente é o interesse pontos relevantes. Então já existe uma regulamentação submetida à CETESB, licenciamento de estudos ambientais, toda a supressão vegetal. O pessoal acabou de me falar que não está a tela de apresentação. Vocês estão vendo qual tela aí?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só que não está no modo apresentação. Ele está aparecendo a tela, mas não está naquele modo de apresentação.

SRA. NAYARA: Ah, entendi. Espera aí, só um minutinho. Deixa eu voltar aqui. Só um minutinho, pessoal. Deixa eu voltar novamente então. Só um minutinho. Desculpa, gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nayara, na parte de baixo do Power Point você tem comentários, aí tem mais os quadrinhos ao lado direito. É isso aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas está legal, Nayara, estamos conseguindo acompanhar dessa maneira. A gente está numa tela ampla e está dando para acompanhar sem problema nenhum.

SRA. NAYARA: Agora foi, deu certo. Então vamos voltar só um pouquinho, então.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nayara, seu microfone está desligado.

SRA. NAYARA: Dando sequência. O direcionamento, o foco da reunião era estar direcionando sobre as doações das áreas públicas municipais, municipal, no caso, e sua desafetação e toda essa área, o que foi realizado em relação ao estudo? No documento, que inclusive, foi avaliado também. No RAP que foi protocolado existem as áreas Número 18, 19, 20, 21 estão se enquadrando na área de interesse ambiental. Essas áreas referem-se ao quê? Em qual área de interesse ali? Vou mostrar o desenho que refere-se a praça, é uma praça que se chama Praça Geraldo Lari. Então está nesse ponto aqui específico onde haverá essa intervenção. Essa obra, é importante ressaltar, é referente a essa área. Então todo o processo, como é de conhecimento, ele seguiu a parte de intervenção, regulamentações específicas de requisito legal tanto o ECMS30 como do RAP de licenciamento na parte de meio socioeconômico dos estudos ambientais que referem-se e interfere-se também na supressão vegetal. Então, dentro do AIA, tem o texto também, mas houve temas de fato, regulação da área ambiental, então já tem esse levantamento e toda a compensação ambiental foi considerado, tanto a legislação federal e principalmente municipal quando eu falo de prioridade alta e também a compensação no município. Eu já tenho [...] essa pauta relacionada também. Quando a gente fala essa área pública dessa praça, é uma área com alto grau de [...]. É uma área que também visa o quê? O objetivo da obra principal, objetivo é a concessão de rodovia, inclusive a intervenção que nós iremos realizar nesse ponto, é a segurança viária, a fluidez [...], a qualidade em relação à região também de vocês. É importante frisar que é uma obra que está utilizando todos critérios referente a uma obra de interesse público, conforme legislação federal 1265/2012 e os processos mitigatórios nós iremos realizar. Então referente à solicitação de doação de área pública, que é onde seria o interesse, essa praça que está protocolado e acompanhado. Agora a gente, deixa de fato, o momento de tirar dúvidas, se haja alguma dúvida referente à compensação ambiental, frente o tipo de obra, tipo de execução do projeto também, mas a área pública refere-se a essa praça Geraldo Pilar. Ok?

SR. JUNIOR: Vou passar então... Obrigado, Nayara. Antes de passar a palavra para os conselheiros, preciso agradecer ao Laerte. Laerte, obrigado pela sessão do espaço para que a gente pudesse aqui fazer essa reunião do COMDEMA Final de ano a gente está com os espaços todos tomados e essa reunião é extraordinária. Então, Laerte e a AEASC, gentilmente cedeu o espaço para gente. Então só colocando. São áreas de interesse ambiental. Nesse caso específico, é uma praça, que o Plano Diretor entende que é uma área de interesse ambiental e que terá que ser desafetado.

SR. JOÃO: É uma faixa só.

SR. JUNIOR: Depois eu vou passar a palavra para vocês, aí vocês questionam lá o pessoal da empresa. O Paulo levantou a mão, depois já passou para o Pedrazzani ali também.

SR. PAULO: Boa noite a todos e a todos. Paulo Mancini, atualmente representando a Associação Veredas Caminho das Nascentes. Eu tenho várias dúvidas para me entender melhor. Então, são quatro áreas, mas

as quatro áreas, 18, 19, 20, 21, são nesta mesma praça? O nome da praça é Geraldo? Não tem o sobrenome de Geraldo. Que mais? A praça está bastante antropizada, mas é normal. Uma praça é para ser antropizada mesmo. Mas atualmente a população faz uso dessa praça? Como que é? Eu acho assim, a obra é de interesse público máximo. Então eu não vejo problema em desafetação da área. Agora, o que eu vejo e já estão passando vários processos aqui para desafetação de área verde, não é? É que assim, as áreas verdes, elas têm várias funções. Então, eu acho que a gente deveria sempre estar pensando em como, quando a gente desafeta uma área verde, a gente está criando algum mecanismo de compensação. Para se não atender a todos os atributos que tem área verde, pelo menos alguns. Um dos atributos a verde, normalmente ela tem um grau grande de permeabilidade, ela tem vegetação e ela é usada para recreação. Então, acho que a gente deveria estar pensando em formas de a gente está promovendo compensação. Então é possível falar: Olha, vamos então, por exemplo, arborizar algum canteiro central que possa ser arborizado e isso compensa a parte de vegetação. A parte de auxiliar na contenção de enchentes, drenagens? Você criar um espaço público. Olha, a gente está deixando uma área de recreação, mas a gente pode um outro espaço próximo, agregar um campinho, fazer alguma coisa, ou seja, procurar promover a aquelas ações que aquela área pública provia ou viesse a promover, porque às vezes, ela não está usando ainda, mas a gente não pode ir descartando áreas públicas assim, ao léu. Não estou dizendo que esse caso, como eu falei, de importância máxima. Mas é só esses esclarecimentos que eu queria dar e essas sugestões a gente está pensando até de uma maneira mais metódica em algumas formas de compensações que poderia estar pensando. Porque é claro que vai desatender um pouco a esses atributos que as áreas verdes têm. Muito agradecido, gente.

SRA. NAYARA: Perfeito. Referente à sua pergunta, Junior, se me permite, vamos lá. Sim, as quatro áreas referem se a esse ponto. O que é importante mencionar? Nós iremos apresentar aqui, de uma forma visual, o ambiente como está caracterizado nesse momento e a importância dessa intervenção no sentido do quê? Que é a compensação ambiental, quando a gente fala, iremos fazer como mencionamos na reunião do COMDEMA, é um projeto dentro de São Carlos referente ao Cerrado, mas é importante todo mundo visualizar também o conjunto aqui, como está o momento dessa praça? Está caracterizado o Plano Diretor como praça, porém é um local que, em pesquisas por parte do meio socioeconômico que não são utilizados. Então, por gentileza, compartilhe o ambiente pelo Google Earth.

SR. JUNIOR: Nayara, eles estão perguntando o porquê das quatro áreas, porque são quatro áreas? Você tem como... E também se é a área toda da praça. O microfone está fechado.

SR. JULIANO: Posso sim. O que acontece? Quem fala que é o Juliano, supervisor da Eco Noroeste Paulista. Essas áreas são quatro áreas porque essas áreas, elas são formadas através de loteamentos, são loteamentos que vão sendo construídos. E aí é uma porção desses loteamentos ou do que era no passado, acabou ficando para o município. Então é a divisão de como elas estavam em matrícula ou em registro. Tá bom? Por isso que são quatro áreas. Mas elas se complementam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A área então é essa que está na imagem e está aparecendo para vocês, não é?

SR. JUNIOR: Sim, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma área que aparentemente é utilizada para descarte de resíduos pela população do entorno da rodovia, algumas pessoas utilizam para parar o carro também embaixo da sombra aí, parece que é uma mangueira, se não me engano. E é isso. É esse local aqui. Tem uma mangueira que é uma árvore exótica. E a rodovia já está aqui. Então é esse biquinho aqui. Essa praça Geraldo Pilar.

SR. PAULO: Será que pode complementar, por favor, o tamanho total da área dessa praça e quanto que seria utilizado para a obra? E aí, Nayara, se você puder também, o João Pedrazzani está perguntando qual é a obra que vai ser feita aí, qual é a intervenção?

SRA. NAYARA: A informação, agora, no momento, então está ok referente as matrículas. A praça, como demonstrado no Plano Diretor, caracterizado por uma praça, mas visualmente não é um meio social utilizado pela comunidade em fins de praça. Eu vou pedir agora para a Cris, mas para a Luciana explicar o tipo de obra que vai ser aí nesse ponto, por gentileza.

SRA. LUCIANA: Olá, boa tarde, pessoal. Tudo bem? Sou Luciana, sou coordenadora de projetos aqui da Eco Rodovias. Então essa localização aqui da praça, a gente vai passar por ela com uma marginal. Eu até

vou ver se eu tenho um desenho aqui que talvez seja melhor de exemplificar para vocês. Aí eu peço só um minutinho, por favor.

SR. JUNIOR: Luciana, se você puder depois esclarecer também, essa marginal, ela vai de onde até onde? O pessoal já está perguntando aqui, eu já estou antecipando o questionamento.

SRA. LUCIANA: Beleza, vou abrir um KMZ aqui e vocês vão conseguir entender bem. Só um minutinho.

SR. JUNIOR: E aí, aproveitando, enquanto o arquivo é aberto, tem outras intervenções em APPs também durante a construção das três marginais. E aí, gostaria também que vocês... Porque, em algum momento, eu acredito que nesses outros pontos também vai ter que ter alguma desafetação de área ou não? (pronunciamento fora do microfone)

SRA. NAYARA: Eu tenho a apresentação das intervenções nas apps. Posso apresentar esse desenho aqui agora para vocês? Pode ser?

SR. JUNIOR: Pode.

SRA. NAYARA: É isso mesmo. Só um minutinho.

SR. JUNIOR: Desculpa. Só se vai ter alguma necessidade de desafetação de outras áreas para as obras das marginais.

SR. JULIANO: Só aproveitando enquanto a Nayara fica ali, respondendo à pergunta anterior. Dá um total de 6027 metros quadrados de desapropriação dessas quatro áreas. E tem um remanescente aí de 4.600, mais ou menos, metros quadrados. Ele pode confirmar, mas somando aqui na tabelinha que eu tinha, dá mais ou menos isso.

SR. JUNIOR: Ok. Nayara ou Luciana, as áreas somente que estão pintadas de verde que vocês precisarão desinfetar ou vocês vão desafetar todas as quatro áreas? São todas as quatro, não é?

SR. AGNALDO: Um pedaço delas.

SR. JUNIOR: Ele falou, acho que 6 mil metros e uns 4 mil metros ficam ainda.

SR. JULIANO: Isso, perfeito. 6027 da desapropriação e 4 mil ficam.

SRA. CRIS: Lu, pode ir. Desculpa, vou dar um help aqui. Lu, você pode ir um pouquinho mais para a direita que daí ele pega mais ou menos o quilômetro 235, um pouco para a sua esquerda, é o 235, km 700 por aí.

SRA. GEMINA: Eu sou Gemina, sou da equipe da Luciana. Praticamente nesse trecho do 235, km 700, onde vocês estão olhando existe um dispositivo hoje. A ideia é intervir o mínimo possível. Então a gente está fazendo as faixas adicionais, passando a faixa adicional para o lado interno. Então não estamos desafetando assim, as alças e tudo. E também a gente está fazendo um alargamento dessa zona aí, dessa ilha ali. Pode colocar o cursor ali no 235 km 700 só para ele ver, isso, aí. A gente está fazendo um alargamento... Isso, sim, 235 km 700. Então assim, esses verdinhos, esses conjuntos mostram o alargamento mesmo dessas obras de artes e as faixas adicionais para o lado interno. E aí, nos dispositivos que você está vendo de acesso, a gente está implantando essa Ciclovía como vocês podem ver. Então a gente aproveita bastante o traçado do local que a gente tentar intervir o mínimo possível. Então a ciclovía, vocês conseguem ver por essa legenda amarela e laranja. Sim, aí deste lado também tem uma ciclovía bastante independente. E aqui depois ele se encaixa no dispositivo. Então ele tem o calçamento e tem a ciclovía ao lado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aqui apenas na região, a gente está fazendo uma rotatória, até para organizar o fluxo do movimento aqui, que hoje a gente viu que tem o pessoal que vem aqui pela alça do dispositivo e dá conflito aqui, o pessoal que está saindo aqui dessa rua. Então a gente está fazendo essa rotatória aqui para poder organizar melhor o movimento e conectando aquilo, tendo tanto uma alça de saída aqui para rodovia quanto uma alça para quem quer seguir pela marginal aqui, acessar essa outra região aqui do município. Então aqui a gente faz também uma nova rotatória também para organizar esse fluxo do pessoal que transita entre os dois lados aqui do município. Então, basicamente, a Marginal compreende... Essa é uma das marginais que a gente está implantando e compreende esse pedacinho aqui da saída desse dispositivo até esse próximo aqui do 236, chegando até a conexão do 235 km 800.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Esse 235, pessoal, vai ligar até a Avenida São Carlos para ser mais claro para vocês visualmente.

SR. JUNIOR: Ok.

SRA. NAYARA: E aí, Junior, respondendo à sua pergunta. Referente aos levantamentos informações com o Plano Diretor da Prefeitura de São Carlos das áreas de interesses ambientais, o que vai ter interface são em quatro apps e somente nessa área desafetada, que não se caracteriza como uma praça, como entidade pública para a sociedade. É importante frisar isso. Não existe outro local público caracterizado pelo Plano Diretor como público, com ações sociais para a comunidade.

SR. JUNIOR: Ok. Paulo, quer complementar?

SR. PAULO: Então, o que eu queria sugerir, que vai então ficar sobrando dessa dita praça, que não é bem uma praça, mas é uma... Certamente seria uma área destinada, uma área pública, sobrarão então 4600 mil metros. Eu acho que seria interessante pensar, aproveitar que vai ser feito a obra e ter um projeto ali de requalificação dessa área, que pode ser algo maciço vegetal ou como essa área está sendo já usada, mau utilizada para disposição de entulho, talvez, é uma área boa, por exemplo, um ecoponto, um ponto de entrega de entulho. Não é?

SR. JOÃO: Paulinho, a parte que vai sobrar já é o maciço.

SR. PAULO: Já é o maciço vegetal?

SR. JOÃO: Ali atrás onde é o posto do SAAE, do transformador.

SR. PAULO: Sim, sim, eu sei. Não, tudo bem, se já é um maciço. Eu acho que seria bom só interessante ver alguma forma, se precisa requalificar ou alguma coisa assim, aproveitando que estão investindo lá. Muito agradecido.

SR. JUNIOR: Mais alguém? Tem mais alguma apontamentos de vocês? Nayara? A gente tem, essa área 38, ela é uma área de APP, de intervenção, mas que não vai ser necessário ter desafetação, é isso?

SRA. NAYARA: Exatamente.

SR. JUNIOR: É que o parecer da PGM...

SRA. NAYARA: Intervenções em APPs e áreas afetadas naquele ponto, Junior.

SR. JUNIOR: Porque o parecer do Dr. Ricardo na PGM pediu para que a gente especificasse as áreas de intervenção e que fossem necessárias para doar, para ser desafetado e doado para as obras. Então só esclarecendo, as áreas de doação serão aquelas quatro áreas referente a aquela praça que foi apresentado. A área 38, área 36, área 39, essas áreas, elas vão ter intervenção em APP, mas elas não serão doadas? Não precisam ser desafetadas, é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, pessoal, são áreas públicas. Nós temos aí dez áreas públicas. O que nós estamos respondendo era referente à aquelas áreas que estão em áreas de interesse, em AIA. As outras são complemento, são áreas públicas, mas são complementos do viário já existente, tá? Então essa primeira área que está aparecendo aí em tela número 39, já existe um canal ali e por que nós precisamos da autorização? Como ela é uma área fora de faixa de domínio, a gente precisa da autorização para adequar a drenagem no local. Então ali é uma adequação de drenagem. Já naquela área 36 que está aparecendo na tela, é uma área também, são tudo áreas pequenas, 20, 30 metros quadrados, 40 metros quadrados, são áreas pequenas para adequação e conformação do viário junto a essas áreas, então não chega a ter um impacto nas áreas municipais, é mais porque elas estão fora da faixa de domínio. Aí a forma como o município vai conseguir fazer ou esse termo de cessão de uso para gente, aí vai muito mais do município, o que nós precisamos é da autorização.

SR. PAULO: Essas áreas pequenas de intervenção em APP, elas não precisam ser desafetadas porque a legislação permite que sejam feitas essas questões e continua como área pública.

SR. AGNALDO: Só frisar então que, além da desafetação, a gente também vai ter que fazer a cessão de uso de algumas áreas. Mas não vai ser doação, só cessão de parte de algumas áreas para ficar claro do que for decidido pelo COMDEMA.

SR. PAULO: É autorização para intervenção.

SR. JUNIOR: Perfeito. Então é mais para gente pontuar que foi uma exigência da Procuradoria. Então a gente já tem todas as informações presentes. Passo para os conselheiros. Tem alguma objeção? Tem algum conselheiro que não aprova essa desafetação, especialmente dessas áreas, 18, 19, 20 e 21, não é?

SR. PAULO: Eu só queria confirmar, com o João que conhece a área, se ela realmente não precisa primeiro de uma requalificação. Se já tem o maciço lá, óbvio, não vamos mexer no maciço, deixa lá, mas seria importante verificar se precisa de alguma requalificação. Às vezes o próprio maciço que está infestado de coisa e tal. Eu acho que seria importante aproveitar que está ali e requalificar essa área. Ver com o

pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e da Habitação, dá uma passada lá, dá uma olhada. Talvez seja interessante para aproveitar.

SR. JUNIOR: Sim, a gente pode depois fazer essa vistoria, Paulo. E aí, dentro da possibilidade, depois da obra, se houver a necessidade, a gente faz um projeto de melhoria lá do ambiental. Podemos então pôr em votação? COMDEMA é favorável a desafetação dessas áreas para as obras de intervenção da rodovia? Sim? Então está aprovado. Eu agradeço ao pessoal da Eco Noroeste. Em nome da Nayara, cumprimento a todos aí, obrigado pela presença, ê. Finalizamos então essa etapa que a Procuradoria solicitou para que a gente dê sequência aos procedimentos para obra, tá? Muito obrigado. Boa noite a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós que agradecemos, pessoal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado. Boa noite.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado. Obrigado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada, pessoal. Boa noite. Tchau.

SR. JUNIOR: Aí para gente. Rapidamente o Sebastião vai falar sobre o decreto, só da mudança que é necessário e aí já passa para o Paulistão. E aí a gente já o terceiro ponto.

SR. SEBASTIÃO: Boa noite, conselheiros. Sebastião, Secretário Adjunto de Mobilidade Urbana. Nós vamos falar somente de uma alteração no decreto. O Decreto 431 de outubro de 2019. Esse decreto regulamenta a implantação de empreendimentos urbanísticos imobiliários na modalidade de condomínios de lotes no município de São Carlos. Condomínio de lotes, condomínio fechado. Na verdade, nós vamos falar de dois itens, vou falar de um e o Agnaldo vai falar de outro. Vou falar da questão de trânsito. É um assunto que, a princípio, ele nem precisaria vir para o COMDEMA, mas por questão legal, foi solicitado. Então nós vamos só falar de uma pequena alteração.

SR. PAULO: E esse decreto não tem nada a ver com loteamento de acesso controlado?

SR. SEBASTIÃO: Não, não, de condomínios fechados. Acesso controlado não. A alteração, a princípio, na questão do sistema viário. A gente está fazendo mais um ajuste no texto para não gerar equívoco na hora de o pessoal fazer a interpretação. O texto original, ele fala muito da questão de faixas de três metros para sentido duplo, faixas de três e meio para sentido único, e algumas situações tem gerado, muitas vezes, um equívoco na interpretação, o pessoal está querendo aprovar alguns com vias de três metros e meio de largura mesmo, considerando que essa era o entendimento do decreto. E com vista a esse item, nós estamos fazendo uma alteração no texto, que ele passa a vigorar com a seguinte informação: As vias internas deverão possuir largura mínima total de 14 metros, compreendendo o leito carroçável destinado à circulação de veículos, com largura mínima de oito metros, de forma a permitir o tráfego simultâneo duplo sentido e garantir às manobras de veículos de grande porte de emergência. O que nós estamos deixando claro é que a via, ela tem que ter um leito total de 14 metros, que é o mínimo, esse é mínimo. E o leito carroçável tem que ter o mínimo de oito. Então isso fica claro, independente de ser uma faixa por sentido ou duas faixas por sentido, ele tem que ter, no mínimo, oito metros de largura. A gente está falando de condomínios de lotes fechados, são áreas restritas, com tráfego praticamente ali, só de moradores, visitantes e serviços. E que ela não integra ali o sistema viário público. Então não há ali um impacto direto no sistema viário público, a não ser nas concordâncias, mas que seria dos acessos na entrada com a via pública, o acesso ao empreendimento que ele vai fazer essa conexão. E já deixar claro aqui tinha essa alínea C que ele está falando que: a critério do projeto e mediante a justificativa técnica, os passantes poderão ter sua largura reduzida, desde que a faixa de rolamento seja proporcionalmente ampliada, respeitando as condições mínimas de acessibilidade, drenagem e segurança viária. Essa alínea, ela vai ser removida. Nós tivemos agora atrás uma conversa e ela vai ser retirada dessa proposta do decreto porque ela não tem mais, vamos dizer assim, efetividade, já que nós estamos colocando que a largura mínima total, ela tem que ter 14 e a largura mínima do leito carroçável, tem que ter oito. Então não tem razão de a gente colocar essa alínea aí que, se houver a necessidade de, poderia ser, através de uma justificativa técnica, a redução da largura do passeio, mas mantendo a proporcionalidade dentro sempre dos 14 metros. Então essa alínea vai ser removida da proposta.

SR. JOÃO: Sebastião, tem duas situações a largura mínima. Quero saber se onde o carro vai passar se tiver um carro estacionado de um lado, tiver carro estacionado do outro, quantos metros têm que ter, além para passar mais dois? Eu acho que é uma questão de redação, é uma questão técnica também, que eu não entendo dessa área. Então você tem uma largura mínima de 14 metros, via interna com

largura de 14 metros. Eu estou entendendo que é de via a via ou de sarjeta a sarjeta, não incluindo calçada.

SR. SEBASTIÃO: Não, não, 14 metros é o total.

SR. JOÃO: É o total. Então, se você tiver um leito carroçável de oito, estaciona o carro de um lado, 2,5, mais 2,5 são cinco. Como é que você passa mais dois carros no meio?

SR. SEBASTIÃO: É por isso que nós estamos colocando, João, essa questão, nós estamos tratando de um de um viário interno, justamente para o morador, onde eu tenho o tráfego reduzido, o volume de tráfego menor, velocidade menor controlado, nesse sentido. Ela não está conectada com o tráfego do público. Uma via local, hoje pública, ela tem 15,5. Ela foi aprovada com 15,5 dentro de um condomínio com 14, no mínimo um metro e meio, tá? É por isso que está falando que é mínimo. Ele pode reduzir o mínimo de oito? Não. Ele pode ampliar ela? Ele pode. Ele pode ampliar.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO: Então, mas você vai ali no Araucária, vamos falar, você não consegue manobrar e entrar na garagem.

SR. SEBASTIÃO: O Araucária não é fechado. Eu estou falando em condomínio fechado.

SR. JOÃO: Pior ainda. Condomínio é sempre fechado, é horizontal ou vertical, certo? O condomínio. E o acesso dele é por portaria.

SR. AGNALDO: Não, o dele é acesso controlado.

SR. JOÃO: Aí não é condomínio. Acesso controlado é outra legislação. Já tem outra linguagem. Você ficar com oito metros, é isso que estou falando. Você estacionar um carro. Então, está sua garagem, vou dar um exemplo, eu faço a garagem, ponho o meu carro na garagem, eu recebo uma visita e não tenho onde estacionar.

SR. SEBASTIÃO: Então é isso que eu estou colocando. Se nós for pegar dos demais municípios, tem município que adota até 12 metros de largura. Isso é comum entre 12 e 14 adotado. Nós estamos falando de um de um local restrito ao condomínio, onde nós temos um fluxo baixo, é só morador e, praticamente, visitante. Então é diferente de uma via pública.

SR. PAULO: Eu ia colocar exatamente como mera curiosidade. Eu acho assim, é um espaço privado. Se a pessoa resolve fazer um condomínio que não vai entrar carro [...]. Paulo Mancini, da Veredas. Por que não pode se é um espaço privado? Mera curiosidade. Eu acho que o João está apresentando questões técnicas absolutamente pertinentes. Inclusive esse tema você falou da [...], então foi aprovado erroneamente, porque há espaço público aberto. Mas eu acho assim, no espaço privado, o que eu me pergunto é assim, se não seria inconstitucional um município chegar: Não, tem que ser desse jeito. Ora, o espaço privado nós vamos colocar lá que não pode entrar carro. Então sabe? Porque você tenha a convenção interna que você faz do condomínio, não é? Isso é aprovado em cartório e tal. Mas é mera curiosidade do ponto de vista jurídico.

SR. SEBASTIÃO: Exatamente. É por isso que nós estamos aqui apresentando diretrizes para que também quem for fazer a aquisição vai ter conhecimento do espaço viário que está lá dentro do condomínio, mas também que ele possa ter um mínimo viário possível que ele possa ter mobilidade dentro do condomínio, ok?

SR. JUNIOR: O Agnaldo também vai apresentar uma...

SR. AGNALDO: O meu é bem simples. Agnaldo. Seguente esse artigo 3º que nós estamos modificando, ele dava um prazo para execução da obra de 48 meses, porém a lei 6766 fala em 48, prorrogável por mais 48. Então a gente estava fora da lei, então isso não pode. Só estamos colocando o decreto que foi feito antigo dentro da lei. Só isso. Então colocando esse detalhe, está até escrito, o inciso tal da 6766. Então é simples. É só isso.

SR. JUNIOR: Ok, obrigado então, Agnaldo e Sebastião. Alguém tem alguma dúvida pessoal sobre essas duas ou três alterações que foram feitas? O Conselho aprova as alterações? Sim? Então está aprovado. Passou pelo COMDEMA, agora vai para o COMDUSC. E agora eu vou chamar o Ricardo, o Ricardo que vai fazer a apresentação, para falar do empreendimento.

SR. RICARDO: Boa noite a todos. Meu nome é Ricardo, sou engenheiro civil, sou responsável técnico do empreendimento que a gente pretende implantar aqui no município de São Carlos. Sou responsável pelo EIV e pelo ITI também desse empreendimento. O objetivo é implantar um centro comercial na Capitão

Luiz Brandão, com a Rodovia Estadual Washington Luiz. Aqui está a imagem da perspectiva realista do empreendimento. Então, como eu disse, o responsável é o Alan, ele não pôde participar. Nessa imagem já vou introduzir a situação do empreendimento. Aqui consta a Rodovia Washington Luís e aqui consta o Capitão Luiz Brandão, já com a adaptação que a gente vai fazer devido ao impacto no trânsito. Tudo foi alinhado desde o princípio com o pessoal do trânsito, Sebastião está aí representando o setor. O prédio existente vai ser reformado, já existe um galpão dentro do imóvel, a gente vai ampliar com estacionamento coberto nessa região, implantar um estacionamento descoberto nessa região é um complexo de lojas contendo sete lojas nesse trecho aqui. Então aí tem mais uma imagem realista. Aqui está o estacionamento coberto. Aqui o galpão que vai ser reformado e as lojas que serão construídas. Outra imagem. Então aqui está a perspectiva da rotatória e do acesso de funcionários... Aliás, desculpa. O acesso do público, dos clientes que vão utilizar do centro comercial e do atacarejo do Paulistão do Grupo Savegnago. Aí está as imagens.

SR. PAULO: O galpão vai ser um atacarejo?

SR. RICARDO: Isso. Já existe um galpão no terreno. A gente vai reformar ele e transformar ele na loja para atender o cliente e o estoque e os produtos que serão comercializados. Essa é a situação atual do terreno. Então a gente já pegou o alvará de demolição, então a gente já começou a demolição com esse alvará que a gente retirou. Então hoje o terreno, constava no terreno antes edificações nesses trechos amarelos. Essa área, ela era parcialmente impermeabilizada. E o galpão, a gente vai reformar que se encontra nessa região, que tinha o heliponto, a gente já demoliu ele também. Então a gente já fez a demolição e parte da terraplanagem desse trecho, conforme o nosso alvará. E aqui vai ser o acesso dos clientes e aqui o acesso a doca que já existe, inclusive o terreno já consta com uma rede de drenagem. Por ele ser impermeabilizado, praticamente, a gente vai mudar pouco a impermeabilização dele, cerca de 10% que a gente vai impermeabilizar mais do que já estava antes, com projeto aprovado na Prefeitura. E ele consta com uma rede de drenagem robusta que já descarrega na infraestrutura urbana de São Carlos. Então, oi?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. RICARDO: Funcionava. Antes era a Transpel. Para quem é mais antigo, conhece uma transportadora conhecida aqui de São Carlos. Depois a Transpel foi vendida, acabou a operação dela e o Perez Empreendimento acabou alugando para a Airship, que aquela fábrica do Grupo Bertolini, que fazia voo de aeronave e de balão, de dirigível. Aí aconteceu aquele acidente com São Paulo, eles acabaram que desmobilizaram operação, deixaram de locar e o Perez, Carlo Perez está presente aí, é o empreendedor, ele fez um negócio com o Savegnago e vai empreender aqui no município de São Carlos, o Chalim. Então aqui vai ser a implantação do empreendimento. Então está aqui o galpão que vai ser reformado, que estava a operação da Airship antes, vai ter as vagas cobertas e as lojas estarão nesse trecho. Então a gente vai instalar também para atingir a permeabilidade, apesar da área estar no uso consolidado três, na zona três do zoneamento urbano, ela se encontra na sua maior porção na APREN. Então a gente atingiu aí os coeficientes de permeabilidade, que são 30%, e o de ocupação não pode ultrapassar 50%. Então a gente atingiu essa demanda da legislação. Então, aí, como eu disse, ela está na zona três aqui, do zoneamento de São Carlos, localizado aqui, a Capitão Luiz Brandão, aqui é a Rodovia Washington Luiz, e uma imagem aérea de Google Earth, então tá ali o acesso principal e aqui estão o quadro de áreas do empreendimento. Então, conforme eu disse, o terreno tem 23 mil metros, já estava aprovado na área, 10 mil metros, 10.500 mil metros, a gente já fez a demolição dos 4 mil metros e a gente pretende ter uma área final de 12.272 mil metros, com a taxa de ocupação aqui próximo do limite e a área permeável de 30.108. Então o empreendimento vai contar com 330 vagas de automóveis e 70 vagas de motocicleta e 16 de bicicleta. O supermercado Atacarejo, ele vai funcionar das 07h às 22h. É um empreendimento que vai agregar muito valor para a região, que tem uma carência de serviços e produtos. Vai gerar muito emprego, vai movimentar a economia e as lojas, a gente não tem ainda um uso definido. Provavelmente vai ser uma academia, uma farmácia. Não está nada definido ainda, mas serão de baixo impacto, serviços de comércio. Então aqui está a planta da área de loja. Então aqui vai ter área de loja do Paulistão, aqui toda infraestrutura com vestiários, que serão reformados, padaria, tele vendas e aqui vai ser área de estoque. Então a gente tem aqui as docas, que vai fazer a entrada das mercadorias e aqui está a parte dos resíduos, que tem tudo organizado, lixo úmido, o lixo de papelão e para conseguir fazer toda a

logística aí do supermercado para os resíduos sólidos da operação. Aqui está o desenho das lojas. Então tem uma loja maior que provavelmente vai ser a academia e outros pequenos comércios com banheiro aqui para o pessoal conseguir utilizar, os clientes. Então o planejamento da obra, a demolição vai ser a primeira parte. Em termos gerais, a gente pretende fazer a obra em seis meses. Então vai ser demolição, fazer terraplanagem, depois implantar o estacionamento, construir as lojas e a reforma do galpão existente. Então conforme eu disse, a gente atende aí o Plano Diretor. É um empreendimento que tem um baixo impacto ambiental, vai ser comércio. A gente está reformando uma área que estava sem uso, que vai destinar algo que a população da região carece e vai valorizar muito a região, a zona leste de São Carlos aí. Então a gente atendeu ao Plano Diretor, Códigos de Obras. Fizemos aqui todo o estudo, toda a documentação está no processo, estou apresentando aqui, de maneira geral, o empreendimento. A gente já está com as diretrizes da companhia, diretrizes do SAAE, está tudo resolvido. E eu vou falar um pouco de permeabilidade, que é uma situação, como a gente vai implantar o estacionamento, a gente vai fazer esse piso permeável, de piso intertravamento, a gente tem aí, vai ser esse o tipo do briquete que vai ser instalado e essas informações é do fornecedor que vai instalar. Além do piso ser instalado, ele é 100% permeável. A instalação dele vai ser realizada dessa maneira. Então a gente tem aí o subleito, a sub-base do pavimento e a gente vai fazer a tubulação de drenagem onde é necessário, são alguns trechos, [...], então todo esse conjunto garante o 100% de permeabilidade desse piso inteiro travado. Não é só o bloco em si, é todo esse conjunto de drenagem vai ser implantado no empreendimento para garantir 100% impermeabilidade para atender a legislação de São Carlos. Aqui está a situação como ele funciona, infiltração total, infiltração parcial e sem infiltração. Então garantindo aí que atenda a permeabilidade 100% desse trecho que é o piso. Então vai ser instalado dois reservatórios, um já existente do terreno para atender a diretriz do SAAE, que pediu 25 metros cúbicos, mas a gente, pelo galpão ser uma dimensão de 6600 mil metros e é compartimentado, ele precisa de um sistema de SBK de combate a incêndio. Então a gente vai instalar uma reserva de incêndio de 500 metros cúbicos. Então a gente já tem todos os projetos, a gente está preparado já para executar essa obra. Só mais um detalhe. A gente vai atender a diretriz do SAAE, que fala de ligar o esgoto. Como já tem um prédio existente, toda essa ligação já está realizada. A gente vai adequar dentro do empreendimento o que for necessário de infraestrutura e ligar na rede conforme o SAAE determinou. Então, são 330 vagas, já falei. A gente vai ter 6 contêineres de mil litros para atender. Tem todo o plano de gerenciamento de resíduos também, que já foi passado pelo SAAE, inclusive consta no processo. Algumas características da região onde se encontra o empreendimento socioeconômico. Então a gente tem ali é uma área residencial consolidada de São Carlos até os autos da Vila Nery, Jacobus e tem uma carência desse serviço, de pequenas atividades comerciais, a gente vai trazer esse polo gerador de emprego e atender essa demanda de produtos e serviços da região. Então assim, eu acho que os impactos positivos do empreendimento. A geração de emprego acho que é um fator muito importante. Só na obra a gente vai gerar 50 empregos diretos, fora os indiretos. E a operação do supermercado do atacarejo vai gerar 120 empregos diretos, fora os indiretos que acabam ocorrendo numa operação desse tamanho. Então valorização imobiliária no entorno, vai agregar valor. Quem conhece a região sabe que é uma região que tem muito usuário de droga e isso vai acabar tirando esse povo de lá assim, vai acabar valorizando mais a região. Fora arrecadação de ISS, IPTU, enfim. A gente também tem alguns impactos negativos, são pequenos. Aí vai ter o problema da obra que sempre gera, é um fator que gera poluição, mas tudo vai ser mitigado, resolvido. Enfim, acho que é isso. Então eu falei dos ruídos, vai ter a manutenção dos aparelhos, mas tudo a gente vai atender tudo a norma, conforme está na documentação. Resíduos sólidos, a gente vai ter a coleta seletiva, vai ter toda a segregação dos resíduos conforme estipulado por norma, conforme está no nosso plano de gerenciamento de resíduos. E vai ter a logística reversa também dos produtos que o supermercado trabalha. E a gente vai fazer todo o controle de erosão, tudo que é necessário para drenagem, depois a gente vai conversar lá com o Eduardo para ele aprovar para gente lá o projeto de drenagem, que ele já está bem executado lá, tem uma rede robusta. Então aqui estão os volumes que vão ser gerados durante a construção do empreendimento. A gente vai chegar num volume estimado de resíduos de construção civil de 527 metros cúbicos. Então aqui a gente vai gerar ali, com os funcionários, a gente vai gerar em torno de 45 quilos por dia de resíduos sólidos. E o volume de terraplanagem que vai ser movimentado depois da interpolação vai ser em torno de 30 mil metros cúbicos, de corte. Então

assim a conclusão do EIV é que assim, os impactos são mitigáveis, não tem grandes impactos ambientais. A gente está transformando uma área que estava sem utilidade em algo positivo para a comunidade São Carlos, para a região, vai agregar valor. O impacto no trânsito, eu vou apresentar na sequência aqui o RIT, aí eu vou falar um pouquinho do trânsito, que tem um impacto mais moderado. Então aqui, os pontos de contagem foram logo na frente, na intersecção da Rodovia Washington Luiz com a Capitão Luiz Brandão. E o outro ponto foi na Rua Pastor Bento, com a Capitão Luiz Brandão. Então a gente utilizou aqui todos os sentidos para fazer a contagem, todo aquele procedimento que a gente utiliza para fazer esse tipo de relatório. Então todos os movimentos possíveis aqui na via, nesse cruzamento e considerando aí o CP um para carro, meio para motocicleta, dois para ônibus, dois para caminhão. No outro cruzamento a mesma coisa, vou mostrar para vocês. Então a gente avaliou a capacidade do nível de serviço da via utilizando todos estes parâmetros, a norma técnica. A gente chegou à conclusão que o nível do ponto de controle não é A, tem um semáforo lá, isso colabora bastante para esse nível de serviço. E depois da implantação do cenário, vai virar o nível B, que assim, não é um impacto tão grande e enfim, que não vai ter tanto problema. Já no outro cruzamento, que é o ponto de controle dois, que é a Rua Pastor Bento, a gente está num nível de serviço nível C e a gente vai para E. Então toda a classificação ela vai de A à F, F seria algo crítico, ele é um serviço ruim, mas ele é operacional ainda. E para mitigar tudo isso, está aqui o resumo. Aqui está o resumo. Então foi de A para B o ponto de contagem um, que não é nenhum problema. De C para E é um impacto um pouco maior, mas a solução que a gente chegou junto com o pessoal do Trânsito foi adotar uma rotatória oval de frente do empreendimento. Então ela vai ser implantada aqui na frente nessa rotatória. Então o pessoal vai conseguir aqui entrar com facilidade no terreno, a gente vai fazer uma cessão de uso dessa área do empreendimento e vamos implantar essa rotatória. Isso aí. Alguém teria alguma dúvida? Pode falar.

SR. JUNIOR: Obrigado, Ricardo. Deixa eu passar o microfone por conta da gravação. Paulo.

SR. PAULO: Boa noite, Ricardo. Muito agradecido pela apresentação. Gente, eu sou biólogo, mas gosto muito de história e gosto muito de história porque eu sou biólogo. A vida tem bilhões de anos. E a primeira coisa que eu cumprimento é a família Perez, aí da Transpel, por esse empreendimento. E sugiro que, em algum ponto, vocês coloquem em algum lugar alguma coisa que lembre a história desse espaço, da utilização da família. Eu acho que isso é importante porque nada nasce do nada. Então a Transpel foi uma empresa, quase todo mundo de São Carlos conhecia. Então, acho que vale a pena a história ser lembrada. Agora vamos lá com a parte ambiental mesmo. Primeiro assim, vai haver alguma supressão de vegetação?

SR. RICARDO: Não.

SR. PAULO: Legal. Segundo ponto. Você falou dos pisos intertravados que garantem 100% de permeabilidade. Olha, o que eu sempre ouvi dos técnicos é que, sabe, isso é impossível. Então eu acho assim, seria interessante ter quem garante isso e que assina embaixo e põe a sua RT aí.

SR. RICARDO: É importante ter falado, Paulo, inclusive o fornecedor desse piso intertravado nesse sistema de instalação, ele garante o 100% de permeabilidade. E eu vou te dizer outra coisa. Eu participei de uma Fecom em São Paulo e tem uma amostra desse piso sendo operado e é impressionante como a água passa por ele. Assim, não fica nada. Ele é poroso, ele é bem poroso, com alta granularidade, granulometria, desculpa. E assim, e está com atestado do fornecedor. E assim, operacionalmente, por experiência e depois que eu fui na Fecom fiquei mais ainda impressionado, porque realmente esse piso, ele tem permeabilidade de 100%. E digo que digo mais, ele tem que ser implantado com essa rede de drenagem embaixo, em cima da sub-base do leito, para ele levar numa operação, numa chuva mais forte, ele conseguir garantir o escoamento depois da permeabilidade do bloco.

SR. PAULO: Eu acho muito relevante. Eu já ouvi alguma coisa falar desse piso e acho que alguma vez alguém me fez uma demonstração também. Agora que você falou que eu lembrei. Que bom. Isso é muito importante porque a gente está ali numa região da APREN Monjolinho, que é um manancial de água muito importante para a gente e que a gente tem que garantir a sua sobrevivência, a sua sustentabilidade.

SR. RICARDO: Com certeza.

SR. PAULO: Outro ponto. Cobertura vegetal.

SR. RICARDO: Cobertura vegetal?

SR. PAULO: Se tem árvores, se não tem, se está previsto no projeto.

SR. RICARDO: A gente vai fazer arborização. Conforme dito, todo o projeto, ele está atendendo a legislação de São Carlos, que coloca alguns pontos que são pertinentes. Lógico que tem que fazer uma arborização. A gente fez um projeto de arborização, inclusive foi o profissional Felipe Ronda que fez para gente todo esse projeto, a gente vai arborizar todo em volta do empreendimento. Inclusive, já passou pela apreciação aí dos profissionais da Prefeitura. Então a gente vai fazer um gramado tudo em volta, legal, com árvores, para dar essa qualidade de vida aí para o empreendimento, chamar dessa maneira.

SR. PAULO: Perfeito. Perfeito. Uma das coisas, eu acho que era isso que eu queria sugerir, era aproveitar como a gente tá em área da frente. E o que eu sempre falo é assim, que a gente tem que aproveitar quando a gente tem um investimento econômico para gente fazer mais do que, eventualmente, a lei exija. Porque nesse caso que é o manancial do Monjolinho, isso está a exigir. É um manancial que corresponde hoje a 15% da água que a gente bebe. A gente sabe que a utilização de lençóis subterrâneos tem um limite, a gente não sabe a quantos nós estamos desse limite, mas no mundo a gente tem situações gravíssimas de lençóis subterrâneos estarem secando. Então é muito importante preservar. E aí, nesse sentido, faria a sugestão de vocês aproveitarem as obras, em algum ponto fazer um jardim de chuva, que possa até ser usado como um atrativo para as pessoas conhecerem, para as pessoas apreciarem porque é um elemento interessante de drenagem, novidade e pode também ser uma atração, ser bonito, uma atração. Eu acho que por enquanto é só. Muito agradecido. Parabéns.

SR. RICARDO: Obrigado, Paulo.

SR. ALESSANDER: Obrigado pela atenção. Eu ainda não sou conselheiro, vou ser na próxima legislatura. Só estou de acompanhando aqui. Mas uma dúvida. Você falou, pelo que eu entendi, o empreendimento vai ficar entre a Capitão Luiz Brandão e tem mais um trevinho, que seria ali a entrada da Airship. Vocês pensaram naquele ponto da cidade que seria aquele trevinho da entrada, que já é hoje bem complicado. Que pelo que eu entendi, seria a entrada das docas ou alguma coisa do tipo. Porque você fechou mais na parte da Capitão Luiz Brandão, que seria a entrada da comercial, vamos dizer assim.

SR. RICARDO: Sim.

SR. ALESSANDER: E aquele outro trevinho anterior que é bem na beiradinha da pista, ali porque ali vai ter um fluxo de caminhão...

SR. RICARDO: Se encontrar aqui, não é?

SR. ALESSANDER: Isso, que seria a entrada da antiga Airship ali.

SR. RICARDO: Isso, ali vai ser a entrada das docas. Inclusive a Eco Noroeste, já conversando com eles, eles vão fechar esse acesso aqui. Mas o que que acontece com as docas? Apesar de você falar, é um fluxo de caminhão, mas eles trabalham fora do horário de pico. Eles não trabalham num horário de pico. Todas as entregas do supermercado eles trabalham fora do horário. Então assim, o impacto que vai ter no trânsito vai ser mínimo. E já funcionava, as docas estão tudo preparado aqui, todo o pavimento aqui, é tudo resistente suficiente para atender essa carga pesada. Então, mas é justamente porque ele trabalha fora dos horários é tranquilo. A gente não vê problema nisso.

SR. ALESSANDER: Eu questionei assim, porque você vê pelos outros exemplos na cidade que tem, às vezes, permanência de caminhão, a pessoa dorme ali, passa de um dia para o outro e aproveitando a sua deixa. Ali também se falou da questão de drenagem. Ali, numa chuva forte que deu em São Carlos teve um problema muito grande ali naquela área, que alagou aquela região, inclusive da Washington Luiz, toda água que veio de cima.

SR. RICARDO: Eu acho que não foi esse trevo. Como é o seu nome?

SR. ALESSANDER: Alessander. Desculpa, tinha que ter falado.

SR. RICARDO: Não foi nesse trevo aqui. Acho que aqui nunca teve um problema de drenagem. Eu digo porque no empreendimento, ele já era impermeabilizado mil metros quadrados a menos, assim. E ele já possui uma rede de drenagem robusta, inclusive tem poço de infiltração no terreno e saiu uma rede de 800 milímetros, é uma rede de diâmetro nominal de 800 de concreto que ela deságua aqui na Rua Luiz Lázaro Zamenhof. E outra coisa também, o trânsito que traz aqui, como está próximo da rodovia, é muito fácil, não precisa atravessar a cidade todo esse transporte pesado, vou assim chamar, de mercadoria, ele já tá na rodovia. E como fornecedores de supermercado, eles vêm já de grandes centros de logística que já estão na rodovia, o impacto é mínimo. Mas é isso. Teria mais alguma dúvida?

SR. ALESSANDER: Era essa, está ótimo. Obrigado.

SR. RICARDO: Beleza.

SR. JUNIOR: Obrigado. Laerte.

SR. LAERTE: Laerte, Associação dos Engenheiros. Em relação ao piso drenante, a base dele, a base, vocês vão fazer compactação?

SR. RICARDO: Vai fazer compactação?

SR. LAERTE: Aí a minha pergunta é: o que adianta ter todo um drenante de uma camada que essa água vai escorrer por ali, é uma superfície. Vocês não pensam, vocês têm muita condição financeira, isso por enquanto, fazer postos de infiltração neste... Você pode?

SR. RICARDO: O projeto, ele tem alguns sumidouros, vou chamar assim, em certos pontos, viu, Laerte? É importante você ter falado, ele tem alguns pontos que ele some dentro dessa compactação.

SR. LAERTE: Porque aí, de fato, você vai estar colaborando com lençol freático, que não adianta essa história. Ainda bem, eu estou saindo, certo? Então, quando precisarem de água subterrânea, pode chamar o Laerte ou o Marcelo Rosé, tá? Não adianta a gente ficar falando que temos que ter áreas sempre permeáveis. Eu tenho que fazer o lençol freático no período de chuva ser elevado, de uma forma que na época da seca, Eduardo Casado aqui, um grande engenheiro de drenagem sabe, eu tenho ainda água abastecendo o corpo d'água. Então a sugestão uma área desse tamanho passa a ter cálculos para vocês verem quantos postos de infiltração, ou seja, posto de infiltração rudimentar, vocês não vão ter dor de cabeça, tá? Para poder aproveitar e o lençol freático ser elevado nesse momento. Então eu acho que isso aí, eu acho que pode ser uma colocação até para um empreendimento, que não é caro. Você vai colocar um peão sim, com três metros, ele vai abrir, você vai jogar brita ali, tá? Você vem com seu piso, você compacta e abre.

SR. RICARDO: Excelente sugestão. E lógico que a gente vai trabalhar aí com o Eduardo, o grande profissional aí da cidade, responsável pela drenagem, para fazer um projeto, atendendo aí tudo que for de melhor aí para gente.

SR. JUNIOR: Passar a palavra para o Eduardo agora.

SR. EDUARDO: Boa noite, boa noite a todos e obrigado, viu, Laerte? Você está exagerando um pouco. O que a gente vê quando você coloca assim. Primeiro, eu vou falar aqui como conselheiro aqui, depois a gente trata a questão do projeto.

SR. RICARDO: Combinado.

SR. EDUARDO: O que você vai acabar tendo aí na prática? Você tem um piso drenante?

SR. RICARDO: Sim.

SR. EDUARDO: Então você vai evitar enxurrada, você vai evitar acumulação de água no pátio e tudo mais. Você tem um piso drenante, mas não um piso permeável do ponto de vista que o Laerte colocou de recarga lá de uma água subterrânea mais rasa, digamos assim. Então, para efeito de controle de enxurrada, controle de... Você tem empossamento ou coisa assim, é fantástico, a solução é ótima. Só que você vai direcionar esses drenos, pelo que eu estou entendendo, e aí depois nós vamos olhar detalhadamente no projeto para poços de infiltração talvez, ou diretamente para a rede de drenagem, para descarga dela, vamos dizer assim.

SR. RICARDO: Isso aí.

SR. EDUARDO: Mas é importante que se crie mecanismos que permitam a infiltração, para que ele, além de ser drenante, ele seja permeável, aumente a permeabilidade. Isso vai diminuir o caudal, vai diminuir o escoamento lá na rede. Ele vai ter um benefício de qualidade da água porque, ao fazer toda essa infiltração, ele já vai estar ali, a água já chega mais, mais purificada. Quando ela atingir por vias subterrâneas o corpo d'água, ela vai estar mais purificada. Então é importante e você pode usar como estruturas de amortecimento, até porque você vai ter que calcular lá algum tipo de amortecimento nesse esforço, dá para aliar e montar um bom conjunto aí. Mas por enquanto, esse modelo exato aí, ele é drenante e não permeável. Só isso.

SR. JUNIOR: Obrigado, Eduardo. Paulo pediu a palavra novamente.

SR. PAULO: A intervenção do Laerte, do companheiro que falou, acho que é Eduardo. Porque eu acho assim, nós precisamos regulamentar, a Prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente e de Habitação, exatamente isso. O que é permeável, não é? Porque, para mim, o que eu entendo que é permeável é o

que o Laerte falou, que vai alimentar o freático, e não só drenante como o companheiro falou. Eu acho que aí a responsabilidade é do poder público. Falou: Olha, permeável, normatizar o que é permeável. E aí então a sugestão que Laerte deu não pode ser sugestão, tem que ser imposição, tem que ser condicionante, para que realmente faça o efeito que a gente espera de permeabilidade. É isso. Agradecido.

SR. RICARDO: Perfeito. Agradeço aí colaborar com o trabalho aí, pessoal. Laerte, Eduardo, Paulo, Alessandro. Alguém teria mais alguma dúvida?

SR. JUNIOR: Mais algum conselheiro que faça alguma colocação? Não? Então a gente pode colocar em pauta de votação a questão aí da aprovação ou não aprovação do empreendimento, com a questão da verificação dos postos de infiltração no projeto de drenagem, que vai passar ainda pelo SAAE, vai ser submetido ao SAAE. Certamente o Eduardo vai pedir para que seja feito essas contribuições. Ok? Então vamos colocar em votação a aprovação do empreendimento com as considerações referentes aos postos de drenagem dessa água que vai ser captada no estacionamento, com esse piso permeável. Alguém é contra o empreendimento? Alguém é contrário à aprovação? Com essa condicionante de passar pelo SAAE, com a questão da drenagem e ver a questão dos poços? Não? Então está aprovado o empreendimento pelo COMDEMA. Agora a gente eles vão seguir o trâmite normal, vão passar pelas demais secretarias, pelo COMDUSC e a gente finaliza o mandato, finaliza o ano de 2025. Agradeço então, novamente, todo mundo. O Laerte quer falar mais uma meia horinha só, não é, Laerte? Rapidinho eu vou passar a palavra para o Laerte, para a gente encerrar.

SR. LAERTE: Não, é só agradecer a todos os conselheiros, a própria coordenação do COMDEMA, que a gente acaba o nosso mandato. A associação tem dois novos representantes, que vai ser a Ana Paula Castro e o Diego Baccarin. E eu acho que foi uma convivência de seis anos, às vezes muita confusão. Eu sou polêmico, mas eu sou técnico, não sou de achar. Mas eu acho que houve um crescimento. Também eu não posso deixar de lembrar que o medo que foi colocado de que este importante conselho deixasse de funcionar, quando do último decreto que houve a alteração, este conselho funcionou todas as vezes. Esse ano já são 12 reuniões. Então não há esse receio de que o meio ambiente de São Carlos seria deixar de ter voz, ele não deixou de ter voz. Eu acho que é um aprimoramento que nós temos que fazer. Então, isso também eu tenho que falar a você, que você conduziu de acordo e nós não paramos nas nossas discussões. A gente sempre colabora de uma forma construtiva, isso dá. Então agradeço. Desculpe, às vezes, algumas malcriações, mas esse é meu lado espanhol, tá bom? Sucesso para a próxima gestão.

SR. JUNIOR: Obrigado, Laerte. E a função do conselho é esse, de melhorar o empreendimento, melhorar as atividades, melhorar o meio ambiente de São Carlos. Nós fizemos 12, fizemos 18 ano passado. Então foram aí, praticamente, 30 reuniões em dois anos. Dá uma média de 15 por ano. Com certeza o COMDEMA vai continuar muitos e muitos anos melhorando o São Carlos. Pessoal, muito obrigado. Desejo boas festas a todos e até a próxima.